



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682521 - RJ (2021/0233134-1)

**RELATOR** : **MINISTRO FELIX FISCHER**  
**IMPETRANTE** : SANDRO VITOR RAMOS CORREA  
**ADVOGADO** : SANDRO VITOR RAMOS CORREA - RJ107901  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PACIENTE** : JONATHAN MOLTER FELIPE (PRESO)  
**CORRÉU** : KLEITON FERREIRA ROSA DA SILVA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JONATHAN MOLTER FELIPE em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (HC n. 0054328-74.2020.8.19.0000).

O paciente está preso preventivamente pela suposta prática do delito previsto no art. 121, § 2º, V e VII, c/c art. 14, II, ambos do Código Penal.

Nesta via, o impetrante sustenta a ausência de fundamentação idônea a justificar a segregação cautelar imposta ao paciente, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Acrescenta que as circunstâncias judiciais são favoráveis ao paciente, motivo pelo qual a sua liberdade não possui o condão de ofender a ordem pública.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para revogar a custódia preventiva imposta ao paciente, ainda que com imposição de medidas cautelares diversas da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

A prisão preventiva encontra-se fundada, em princípio, na garantia da ordem pública, na gravidade concreta do delito e no intuito de se evitar a reiteração delitiva, conforme se extrai do seguinte excerto do acórdão recorrido (e-STJ fls. 43-44):

*Nota-se, assim, a gravidade em concreto do crime imputado ao paciente, de natureza hedionda, merecendo especial cautela no momento da decretação da prisão preventiva, o que foi observado no caso dos autos.*

*Desta forma, a custódia cautelar mostra-se necessária para se resguardar o meio social, a fim de evitar a reiteração criminosa, o que colocaria em risco a ordem pública, além de imprescindível para a instrução criminal e para futura aplicação da lei penal, já que verdadeiramente comprometida, considerando, especialmente, o fato de não haver notícias nos autos quanto ao cumprimento do mandado de prisão*

*expedido em desfavor do paciente, conforme restou ressaltado pela autoridade impetrada quando do indeferimento do pedido de revogação da prisão preventiva (fls. 01/04 do documento eletrônico n. 000001).*

Desse modo, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência